

JUVENTUDE RURAL E EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO PRÁTICA DE EMANCIPAÇÃO OU MASSIFICAÇÃO?¹

Reyjane Sousa Brito²
Sâmia Mara Feijão Oliveira³
Damares de Oliveira Moreira⁴

RESUMO

O presente trabalho objetivou compreender a formação oferecida pelas escolas profissionais do meio rural, enfatizando as reais intenções do processo de escolarização e profissionalização dos mesmos; destacando seus olhares, discursos, bem como a realidade social e as condições objetivas, intrínsecas à sociabilidade do capital. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e de campo, cujo público alvo foram seis jovens oriundos de localidades campestres que cursam o segundo ano de administração na Escola Estadual de Ensino Profissional Adriano Nobre, situada no município de Itapajé, região Norte do Ceará. As análises apontaram a dualidade presente na educação brasileira e a exclusão das classes populares à educação. Além disso, destacamos que no cenário brasileiro embora haja um discurso político e incentivo financeiro para a Educação Profissional, o ensino ofertado ainda se configura como um instrumento de poder, no qual a minoria dita os caminhos da maioria. Nesse sentido, importa salientar que os propósitos da Educação Profissional estão longe de uma escola que conduza os alunos rumo à emancipação. No entanto, a massificação atrelada à alienação continua, ainda, representando marcas profundas do processo desigual, fruto da sociabilidade burguesa.

Palavras-chave: Educação, Juventude Rural, Escola Profissional.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é compreender a formação dos estudantes do meio rural, particularmente da Escola Estadual de Ensino Profissional Adriano Nobre, na cidade de Itapajé-Ce, ressaltando que, no atual contexto, ao mesmo tempo em que se fomentam políticas e projetos que resguardam o capital, a acumulação flexível e fragmentação do trabalho, também se fortalece o discurso da Escola Profissional como ferramenta importante no que diz respeito a oportunidades de educação e trabalho, melhora de vida e empregabilidade. Nossa investigação, portanto, tratou de entender as reais intenções do processo de escolarização e

¹ O presente artigo é resultado da pesquisa *Juventude Rural e Ensino Médio: perspectivas de vida, presente e futura, tecida na Escola de Tempo Integral*. Desenvolvida no Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Juventudes/GEPECJU. Com o apoio da Fundação Cearense de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FUNCAP e do Governo do Estado do Ceará.

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: reysjhan27@gmail.com.

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: samiamoliveira31@gmail.com;

⁴ Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – Universidade Estadual do Ceará. E-mail: damares.abu@gmail.com

profissionalização desses jovens, destacando seus olhares, discursos, bem como a realidade social posta no momento hodierno.

Desta feita, o público alvo escolhido foram seis jovens oriundos do meio rural que cursam o segundo ano de administração na instituição supracitada. A escolha do público se deu pelo fato de ser o curso onde tem o maior quantitativo de jovens oriundos do meio rural e por esses terem se mostrados interessados na pesquisa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja fundamentação teórica amparou-se a partir dos seguintes autores: Enguita (1993), Frigotto (2010), Manfredi (2002), Brumer (2007), Lopes (2016), Pires (1997), entre outros.

A EEEP Adriano Nobre se localiza na Serra de Itapajé-Ce, sua população está estimada em 52.240 habitantes (IBGE, 2010). Sua renda procede de duas fábricas de sapatos (Paquetá Nordeste e H Dias) e ateliês, do comércio local e da agricultura. A Escola Estadual de Educação Profissional Adriano Nobre atende um quantitativo de 432 estudantes com indicador socioeconômico médio baixo, distribuídos em quatro cursos, sendo administração, contabilidade, enfermagem e meio ambiente. Ao longo de sua trajetória a instituição tem conquistado excelentes resultados nas avaliações externas como SPAECE e Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM. Assim como tem conseguido premiações em olimpíadas, quais sejam, Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Pública – OBMEP, Olimpíada Brasileira de Física das Escolas Públicas- OBFEP, Olimpíada de física – OBF e Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica – OBA, apresentando sempre notas altas e nível de desempenho adequado para a maioria dos educandos.

A filosofia de trabalho da instituição está pautada na Tecnologia Empresarial Sócio Educacional – TESE, que, segundo seus precursores, foi desenvolvida para levar conceitos gerenciais empresariais para o ambiente escolar e permitir ao gestor alcançar metas de maneira objetiva, eficaz e eficiente. Tal mecanismo foi inspirado na Tecnologia Empresarial Odebrecht⁵ (TEO), isto é, uma gestão escolar que pouco se diferencia da gestão empresarial que percebe o aluno como um cliente e a educação como mercadoria a ser consumida.

Consoante Enguita (1993) o modelo de produção capitalista foi se apropriando da sociedade lenta, gradual e desigual. No primeiro momento o ensino fez parte das condições gerais da produção capitalista, mas não assumiu o processo de trabalho; no segundo introduziu no ensino o capital, sob a forma de capital de serviços e por fim substituiu o capital de serviços por capital industrial.

⁵ Vale ressaltar que a Odebrecht esteve envolvida em vários escândalos de corrupção.

A exclusão das classes populares à educação, e a diferenciação do ensino ofertado, são problemáticas ainda reais na sociedade, sendo o efeito compreendido pela generalização das massas ao acesso escolar por meio da oferta diferenciada, tornando a educação institucional um instrumento de poder da minoria sobre a maioria.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, cuja caracterização, segundo Sales (2005 apud LOPES, 2016), constitui-se pela criatividade do pesquisador em relação ao seu olhar investigativo e a relação deste com o seu objeto de pesquisa. Também pode ser definida pela fundamentação de conceitos, métodos e técnicas e pelas questões subjetivas que cercam determinadas temáticas, sobretudo as relacionadas às ciências humanas.

Como método de análise, utilizamos o Materialismo Histórico Dialético que, de acordo com PIRES (1997) “[...] É um método de interpretação da realidade dos atores sociais, visão de mundo e práxis [...]”. Caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade. Para coleta de dados aplicamos um questionário com quatro perguntas abertas, observações do meio social, escolar e o uso do diário de campo. Também foram feitas leituras e estudos sobre a temática educação, escola, juventude rural e Escolas Profissionais.

DESENVOLVIMENTO

Historicamente, a constituição da escola não esteve vinculada a formação para o trabalho. Os sistemas de ensino constituíram-se recentemente, fruto da implantação do sistema capitalista e do processo de industrialização, como modo de produção e de vida. Com a expansão do capitalismo industrial houve a necessidade de universalizar a escola como agência social de preparação e inserção para e no mercado de trabalho (MANFREDI, 2002).

Desta feita, para Manfredi (2002), a Educação Profissional assume um caráter assistencialista e compensatória, cujo objetivo é de socializar e de aculturar jovens pertencentes às camadas populares para comporem os espaços de trabalho, ao passo que o capitalismo passa a exigir dos trabalhadores uma formação técnico-científica mais abrangente

e multifacetada, com condições de flexibilização/precarização do emprego. A Educação Profissional, portanto, seria a instituição responsável por formar indivíduos oriundos da classe trabalhadora, com a finalidade de sustentar a sociabilidade imposta pela burguesia e sua teia de horrores.

Malgrado algumas exceções, no Brasil a dinâmica da Educação Profissional seguiu a trajetória dual, presente no contexto educacional do país. Uma das expressões mais aguda de uma formação para o mercado apresenta-se nas primeiras décadas do século XX, alinhando ensino e formação para o trabalho ao movimento industrial ainda incipiente. Apesar de a historiografia apontar rastros do ensino profissionalizante desde o Império, é no decênio de 1930, dentro de um conjunto de reformas, que a Educação Profissional se estabelece enquanto componente econômico e política pública, dada a necessidade de formar sujeitos para atuar nas indústrias que estavam sendo implementadas em solo brasileiro.

A alternativa da Escola Profissional ocorria principalmente para os filhos dos trabalhadores, num vies fordista-taylorista, no qual o ensino veiculado nos espaços escolares era semelhante ao trabalho fabril. Por esse ponto de vista, importa destacar que os conhecimentos difundidos nas intuições de Educação Profissional tinha um caráter voltado, sobretudo, ao que seria desenvolvido nos ambientes de trabalho, não requeria, portanto, um ensino reflexivo que debatesse a realidade classista presente no bojo da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a Educação Profissional passa a representar um campo de disputa e de negociação entre diferentes segmentos e grupos que compõem a sociedade. Sua concepção restringe-se a atender as demandas produtivas, formando estudantes adaptados ao modelo socio-econômico burguês que ora se instaurava. Dessa forma, mesmo que os provenientes das camadas de baixo tivessem acesso a algum tipo de educação, esta não era significativamente suficiente para romper com a estrutura de classe, natural do sistema capitalista. Ao contrário, reforçava o abismo social, condicionando uma grande parcela da sociedade a trabalhos insalubres e precários, enquanto que para uma pequena elite, destinava-se o acesso aos conhecimentos científicos organizados e elaborados ao longo da história da humanidade. O processo dual que constitui a educação profissional permanece presente até o momento hodierno. Sua configuração dualista transitou em vários momentos diferentes da história sem alterar sua finalidade de formação para o mercado de trabalho.

A partir dos anos de 1990, iniciou-se uma mudança no mundo do trabalho pautado na doutrina neoliberal. Tal concepção política/econômica influenciou sobremaneira a organização da Educação Profissional. Se, anteriormente, as políticas públicas direcionadas a

essa modalidade de ensino giravam em torno de uma formação manual que relegava toda a criatividade e desenvolvimento do estudante; agora ela se constitui de maneira distinta, ou seja, ela atua na subjetividade e em ações valorativas. A Educação Profissional, na atualidade, dedica-se ao ensino minimalista dos conteúdos, mas investe substancialmente em programas, projetos e discursos que tratam em formar um tipo de trabalhador ajustado aos ditames do neoliberalismo. Com isso, o que percebemos é que a mudança da Educação Profissional se conteve na superficialidade, pois seu alinhamento com o trabalho precarizado continua irreduzível.

Por esse prisma, ao desvelarmos a dimensão histórico-política das reformas de ensino, das concepções dos projetos e das práticas formativas, colocamos em debate as interferências externas presentes nas políticas voltadas à Educação Profissional. É, portanto, dentro de um discurso neoliberal que grandes empresas e organizações nacionais e internacionais na política educacional brasileira, sendo o Banco Mundial um dos maiores financiadores de recursos financeiros, passam a atuar dentro do processo de estruturação da modalidade em questão. Nesse sentido, interessa ressaltar a orientação do Banco Mundial, qual seja: a privatização das universidades e o investimento em cursos técnicos com o intuito de conter os pobres e possíveis revoluções de cunho social.

Consoante Kuenzer (2000, p. 23-24 apud Manfredi, 2002) as políticas educacionais conjugadas ao neoliberalismo, estão pautadas na lógica da seletividade, baseada no pressuposto de que a “sociedade do conhecimento” é para poucos, sua organicidade com modelo de acumulação flexível, integração da ciência, tecnologia e trabalho para os privilegiados ocupantes dos cargos que não correm risco de precarização, sendo compreendidos como os que nasceram para estudar, o que certamente não estão falando dos provenientes da classe trabalhadora.⁶

O Banco Mundial recomenda ainda, segundo Kuenzer (2000, p. 23-24 apud Manfredi, 2002, p. 138) que :

Não invista em formação especializada, custosa e prolongada, para uma população que viverá com poucos direitos, na informalidade, e que, ironicamente, “ gozará de autonomia para fazer suas escolhas, ter seu próprio negócio, definir seu ritmo e horário de trabalho e seu tempo livre”. Contraditoriamente, os que ocupam os cargos que restam têm seu trabalho cada vez mais intensificado.

⁶ Não que os pertencentes da classe trabalhadora não tenham condições de estudar ou sejam inaptos para isso, mas porque não lhes dão acesso aos conhecimentos.

Analisamos e concordamos com Condoret quando reflete que (p. 38 apud Enguita, 1993):

A única coisa que importa subtrair a toda autoridade política é o ensino, ou seja, que a humanidade voltará a se dividir em duas partes: uma, os filhos das classes burguesas, que tendo acesso ao ensino, serão educados em liberdade; outra, os filhos das classes populares que, tendo acesso só a instrução, receberão uma educação sob estrito controle do poder político; uma destinada a ensinar e a outra feita para crer.

E por que estudar as categorias Educação Profissional vinculada a juventude rural? Simples! De acordo com BRUMER (2006), com o avanço do capitalismo global – aqui nos referimos ao capitalismo selvagem que atende pelo nome de neoliberalismo – ocorreram significativas mudanças comportamentais, culturais, estruturais, econômicas, sociais e políticas no espaço rural, assim como no mercado de trabalho e nos sistemas de comunicação. Com essas mudanças os jovens do meio rural também sofreram impactos e passaram a ser alvo dessas políticas. Aqui, é importante frisar que no passado a Educação Profissional tinham um alcance mais urbano, entretanto, com o advento da explosão neoliberal, a modalidade espalhou-se, inclusive, no meio rural.

Desta feita, é importante entendermos como essas políticas e discursos encontram fácil aceitação no campo, sobretudo no meio rural nordestino. Ora, em um ambiente em que as pessoas convivem diuturnamente com a precarização e sem acesso ao mínimo, é compreensível que os jovens vejam no curso técnico uma possibilidade de ascensão social e melhoramento de vida. Infelizmente esses espaços não oferecem subsídios necessários e até mesmo essenciais para a permanência dos jovens na zona rural, o que acaba por expulsá-los do seu lugar de origem. A migração está relacionada diretamente à rejeição pela atividade agrícola, se configurando uma crise de identidade social. Esta rejeição não é ao campo, mas a atividade agrícola que é desvalorizada, assim como o homem e a mulher do campo.

Os jovens do campo se diferenciam de forma genérica dos jovens urbanos, em relação aos modos de vida peculiares, referência identitária, vinculado à natureza, marcados pelas relações sociais de interconhecimento e elos de integração. Como afirma Wandelery (2007):

A vida cotidiana dos jovens é fortemente marcada pelas suas relações com a família e com a comunidade local. A família é entendida como uma comunidade afetiva [...] e uma comunidade de interesses, que incorpora a particularidade de ser uma unidade de produção, sob a direção do pai. (p. 24)

Sendo assim, a Educação Profissional passa a ser uma ferramenta aos jovens originários do meio rural que sonham com outro modo de vida que não seja a reprodução da pobreza. O problema é que o tipo de formação oferecida nas escolas profissionais campesinas, além de distanciar os estudantes de sua realidade (pois não debatem sobre a construção do meio rural e a desvalorização do mesmo), sustenta-se numa educação de base rasteira, cuja estruturação nem sequer arranha o modelo desigual no qual está assentada a sociedade brasileira. O discurso defendido pela Educação Profissional é o da meritocracia, pois seus ideólogos sabem que essa educação para o mercado, defronta-se com o desemprego alastrado no país, gerado, sobretudo, pela política neoliberal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como supracitado, nosso propósito é compreender a formação dos estudantes do meio rural, de uma escola no interior do Ceará. A pesquisa foi realizada numa Escola Profissional de tempo integral, localizada no município de Itapajé. Além da observação, elaboramos um questionário aberto, que, pelo qual foram entrevistados seis jovens do 2º ano do curso de administração. Por uma finalidade ética não colocaremos aqui os nomes dos estudantes, todavia, chamá-los-emos de JMR1, JMR2, JMR3, JMR4, JMR5 e JMR6⁷.

Nessa perspectiva, buscamos compreender a percepção dos atores sociais pesquisados sobre o que é educação, mercado de trabalho, conhecimento e continuidade do processo formativo. O que obtivemos reforça a discussão anterior, na qual afirmamos a persistência da dualidade da educação, sendo a Escola Profissional uma ferramante fortemente utilizada na manutenção do *status quo* da classe burguesa. Sobre isso, Frigotto acentua:

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilita-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder as demandas do capital. (2010, p.28)

Nesse sentido, o meio rural também não escapa dos ditames do capital, que como assevera Mészáros (2011), na atualidade, o capitalismo se apresenta com características expansionistas, destrutivas e incontroláveis. Assim, a Escola Profissional dessas localidades é, também, lócus de reprodução do ideário social burguês.

⁷ JMR significa: Jovem do Meio Rural. A numeração é apenas para identificá-los.

Quando perguntamos sobre a concepção de educação para os seis jovens, observamos o caráter valorativo presente na formação dos mesmos. Enquanto alguns respondiam que a educação é ensinar os conteúdos científicos, todos apontaram a perspectiva da educação como formadora de um determinado comportamento exigido pela sociedade do capital. Vejamos, então, algumas respostas que comprovam nossa análise:

JMR 1- Educação não é só aquilo que lhe é ensinado, junto com as matérias, na verdade é bem mais que isso. Leva em consideração nossa conduta, forma de falar e agir.

JMR 4- Educar: é polir, é disciplinar.

JMR 6- Eu compreendo que educação é o conjunto de conhecimentos que possuímos, sejam eles cognitivos ou éticos e morais (ex: comportamentos), acredito também que educação pode ser tanto ensinada quanto aprendida.

Em seguida, quando questionados sobre o mercado de trabalho e se o que estavam aprendendo os habilitava para o ingresso no mundo do trabalho, todos responderam que sim, no entanto, sem muitas justificativas ou quando muito, desconexas, a exemplo do JMR4, em que afirma:

JMR4- Sim, pois não trabalhamos apenas o lado cognitivo, mas também o lado emocional.

Como conseguinte, perguntamos se os conhecimentos adquiridos na EEEP os possibilitava a continuação dos estudos no Ensino Superior. Todos alegaram que sim, defendendo o trabalho da escola e de professores que os estimulavam a prosseguir e investir numa formação acadêmica. Notadamente, percebemos um paradoxo aqui, pois, embora haja uma política do Estado em formar esses jovens para o mercado de trabalho, há, também, no mesmo espaço uma gestão e uma equipe de professores que fazem contraponto aos caminhos destinados à Educação Profissional. O que observamos é que a escola convive, portanto, com dois projetos pedagógicos: um oficial, alinhado ao Estado, já o outro, fruto das decisões internas e feito como resistência a uma escola que se reduz a formar para o mercado de trabalho.

Por fim, mas não menos importante, perguntamos sobre o interesse em continuar na área de administração. A resposta imediata dos atores sociais envolvidos na pesquisa foi unânime: nenhum pretende continuar na área do curso, mas todos anseiam pela possibilidade de ingressar no Ensino Superior, mas em curso distinto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Profissional tem sido historicamente instrumento de massificação. O dualismo ainda não foi superado, ao contrário, é realçado pelas políticas coadunadas com a lógica da ordem econômica, criando mão-de-obra de acordo com a proposta de grandes empresas. Em novos formatos, a educação continuou a serviço da classe dominante e agora o perigo se intensifica com uma política neoliberal levada às últimas consequências.

Encerramos nossas análises com o que vem ao encontro confirmativo de Minayo (1987, p. 48) quando o mesmo diz:

[...] todas as exigências que se transformam em ganância de lucro mostram fetiche a perfeição da tendência ao avanço técnico como sendo uma necessidade social agenciada pelo capital. Na verdade, não há um determinismo tecnológico, isto é, as relações de produção não são determinadas pela maquinaria. Pelo contrário, o motor da história capitalista, que é a história do modo de produção, não é nem o desenvolvimento autônomo das forças produtivas e muito menos a tecnologia, mas a luta de classes.

Assim, retomamos a concepção de Gryzybowski (1986 apud FRIGOTTO, 2010) em que afirma que educação nada mais é do que o desenvolvimento de potencialidades e apropriação do saber social que lhes possibilite melhor compreensão da realidade e fazer valer seus interesses econômicos, políticos e sociais.

REFERÊNCIAS

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, p.35-51, 2007.

DELORE-MOMBERG, Cristine. O diário de campo como instrumento, formação e pesquisa na intervenção social. In. **Pesquisa Qualitativa: formação e experiências**. Org. Damasceno, Maria Nobre; Sales, Celecina de Maria Veras; Almeida, Nadja Rinelle Oliveira de. Curitiba, Ed. CRV, 2016.

ENGUITA, Mariano Fernández. Trabalho, Escola e Ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | v4.3.19, 2017.
Acessado em: 21.05.2019
Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/itapaje/panorama>

LOPES, Ana Paula Neves. O uso da pesquisa qualitativa na escola: da técnica a criatividade. In. **Pesquisa Qualitativa: formação e experiências**. Org. Damasceno, Maria Nobre; Sales, Celecina de Maria Veras; Almeida, Nadja Rinelle Oliveira de. Curitiba, Ed. CRV, 2016, p.149-164.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. Education and the historical and dialectical materialism. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997. p. 83-94. Acessado em: 22.05.2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v1n1/06.pdf>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Juventude rural em perspectiva: **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 21-33, 2007.